

COMUNICAÇÃO ORAL

EIXO TEMÁTICO: Pesca Artesanal e Unidades de Conservação

DISCURSOS SOBRE SUSTENTABILIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS

**CATHERINE PROST, UFBA / IGEO, Campus de Ondina, rua Barão de Geremoabo, s/n, 40170-290 Salvador – BA
professora adjunta – cprost@ufba.br**

INTRODUÇÃO

A região costeira é uma área geográfica específica por ser interface entre terra e mar. O litoral ofereceu desde sempre recursos pesqueiros, que constituem uma fonte protéica na dieta das populações costeiras em primeiro lugar. A partir da costa, os homens zarparam também seus barcos além-mar à procura de novos territórios, riquezas ou aventuras. Assim, observa-se no mundo a forte presença de população nas regiões costeiras, sendo o Brasil um exemplo por excelência disso com sua história colonial. Com o desenvolver das técnicas e tecnologias, outros recursos foram cobiçados, tais como os recursos minerais, tendo o petróleo como o mais representativo dessa busca por exploração. Em realidade, com o advento da revolução industrial, a necessidade de matérias primas aumentou. Ora para os países que não as possuíam, foi necessário importar as mesmas (carvão, ferro e depois petróleo). O meio de transporte mais viável economicamente para os fluxos dessas matérias ponderosas foi por via marítima. Messiac (2001) observa uma verdadeira revolução nos transportes marítimos após a segunda guerra mundial, autorizando um aumento exponencial graças à especialização dos navios e à elevação das capacidades de carga. Assim sendo, o litoral viu a multiplicação de infraestruturas portuárias de grande porte e indústrias procuram também localizações costeiras em virtude da importância dos fluxos marítimos. A atividade de pesca se beneficiou dos avanços da navegação e é incentivada, em várias partes do mundo, a atividade de aquicultura, como se observa no Brasil, em especial na região Nordeste. Por fim, no século XX, com o direito trabalhista de férias pagas e o aumento do nível de vida nos países industrializados, a costa se torna um destino privilegiado para os veranistas que querem desfrutar dos prazeres da praia. Nessa perspectiva, o avião permite o deslocamento de fluxos crescentes de pessoas à procura, notadamente, de praias em regiões tropicais, reputadas por serem “sempre” beneficiadas por climas quentes.

O conjunto dessas atividades em porções da superfície terrestre tão limitadas em escala global não podia deixar de desencadear conflitos para o uso do solo (MORAES, 2007). Além dos impactos ambientais negativos que a urbanização, a industrialização e a atividade portuária provocam em ecossistemas preciosos para a vida marinha e estuarina, nota-se também impactos sociais sobre as populações que, tradicionalmente, vivem dos recursos pesqueiros. Assim sendo, frisa-se que a defesa da natureza representa uma reivindicação necessária e não secundária para as populações pobres, ao inverso do que já foi proclamado. Isso se revela de forma particularmente aguda no caso de populações tradicionais que vivem em estreita relação com a natureza. Na costa brasileira, são centenas de milhares de famílias que se sustentam da atividade haliêutica e que são submetidas aos crescentes tensores citados acima, sendo na Bahia estimadas a 200.000 pessoas. Para proteger tanto a natureza como as populações tradicionais, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado em 2000, prevê entre suas unidades as reservas extrativistas (resex) marinhas. Na Bahia, duas foram criadas em 2000, a da Baía do Iguape, localizada na Baía de todos os Santos, e a de Corumbau, e duas outras a partir da metade da década, a de Canavieiras em 2006 e a de Cassurubá no município de Caravelas em 2009, sendo as três últimas situadas no sul do Estado. Apesar disso, as populações pesqueiras nessas UCs ainda sofrem de pressões do mercado de diversos tipos: projeto de polo naval na Baía do Iguape, carcinicultura no sul do Estado, avanço do turismo e da procura de terrenos a beira-mar constituem exemplos de conflitos ambientais presentes no estado.

METODOLOGIA

Os resultados da pesquisa foram obtidos a partir de levantamento bibliográfico e documental sobre as reservas extrativistas da Bahia. Graças ao apoio do CNPq, foi realizada pesquisa de campo na resex Baía do Iguape, contando com aplicação de questionários junto aos pescadores, entrevistas de lideranças sociais e técnicos do IBAMA, além de participação em reuniões do Conselho Deliberativo e do IIº Encontro das resex marinhas da Bahia, em 2009.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As quatro resex marinhas abrangem ecossistemas de manguezais, restingas e águas, interiores ou marinhas, ecossistemas que se caracterizam por sua alta produtividade biológica, o que propicia a existência de comunidades haliêuticas em

virtude da diversidade e amplitude da fauna aquática e bentônica. Nelas vivem milhares de famílias que dependem exclusiva ou parcialmente da pesca para sua sobrevivência. Na Baía do Iguape por exemplo, comunidades rurais quilombolas costumam exercer pluri-atividade, conjugando a pesca com agricultura de subsistência e extrativismo vegetal. Os saberes ambientais das populações tradicionais representam o fundamento das resex para um uso sustentável dos recursos naturais. Algumas pressões do mercado incentivaram as populações pesqueiras a solicitar a criação de resex, como foi o caso em Canavieiras e Caravelas diante do ensejo da empresa de carcinicultura Coopex, situada em Canavieiras, de ampliar sua fazenda até o município de Caravelas.

Vários estudos no Brasil e no mundo enfatizam o quanto a carcinicultura praticada em moldes industriais é prejudicial para a natureza e as populações tradicionais. A remoção do mangue e a compactação do solo para construção de tanques impedem a entrada das marés, as trocas gasosas, reduzem o aporte de nutrientes, dentre outros efeitos. Além disso, a contaminação da água e do solo pelos insumos se alastra dentro da ictiofauna. Machado (2007) demonstra também o aumento acelerado da intensidade da produção, passando de 60 camarões/m³ a 100 1 160 camarões/m³ em 2007, às custas de um consumo de água (limpa que é contaminada após uso) que se eleva a “entre 50 e 60 milhões de litros de água para cada tonelada de camarão produzida (MEIRELES apud MACHADO, 2007). Do ponto de vista social, a carcinicultura representa uma perspectiva de emprego para poucos, especialmente quando se leva em conta a degradação ambiental consequente em áreas que servem de base de sustento a numerosas famílias.

Constata-se que a criação de unidades de conservação não suprime a pressão sobre a natureza por parte do capital. Isso é também o caso em reserva extrativista, embora seja uma UC de uso sustentável administrada em co-gestão, ou seja, em um processo em que a população extrativista tem poder de decisão sobre as ações empreendidas no território protegido. Contudo, os agentes econômicos não se opõem frontalmente à proteção da natureza, pauta significativa de agendas políticas internacionais desde a década de 1970. Quando eles desejam subverter a lógica de proteção ambiental, eles alegam ser necessário relativizá-la em nome do avanço do desenvolvimento econômico, da dinâmica regional necessária, como se o modo de vida existente nessas áreas não pudesse ser considerado como desenvolvimento ou dinâmica.

Tomar-se-á dois exemplos em resex marinhas baianas para ilustrar conflitos ambientais em que as duas partes antagônicas defendem a proteção da natureza ou o

desenvolvimento sustentável. Em Canavieiras e na Baía do Iguape, as populações pesqueiras locais subsistem da pesca praticada em moldes artesanais. Embora se possa observar algumas práticas de pesca predatórias, como uso de bomba ou de redes de malha fina, deve-se imputar a responsabilidade das mesmas à falta de fiscalização por parte dos poderes públicos, que elegem outras prioridades e defendem outras vias de desenvolvimento, essencialmente econômico. Em Canavieiras, os extrativistas enfrentaram a pressão da empresa de carcinicultura Coopex, que ensejou se estender até o município de Caravelas. Para garantir a proteção da fonte de sustento dos pescadores, foi criada a reserva extrativista marinha de Cassurubá nesse município. Mas, o conflito ambiental, manifesto quando as populações impactadas tomam consciência dos efeitos negativos de um dado empreendimento, com fins de apropriação privada de um bem público (a natureza), tomou uma forma particular uma vez que os pescadores tiveram como opositores um grupo que pregava também a proteção ambiental. De fato, os comerciantes e novos empresários do turismo que investem na região se organizaram, criando um movimento intitulado “Natureza sim, resex não”. Para não parecer ecologicamente incorreto, esse grupo propôs a substituição da já existente reserva federal por uma área de preservação permanente (APA). Frisa-se que, à diferença das resex, as APAs são gerenciadas por um conselho gestor que tem apenas voz consultiva nos acontecimentos dentro dos seus respectivos perímetros. As resex, por sua vez, são administradas por um conselho deliberativo que agrupa representantes da sociedade civil organizada, diversos usuários dos recursos naturais, mas que se destaca por ter uma maioria de extrativistas. Como o nome indica, as decisões por ele tomadas têm caráter deliberativo, poder firmado pela lei federal do SNUC. Essa medida permita às referidas populações beneficiar-se de um poder de embate frente às pressões que obedecem a lógicas exógenas ao lugar.

Mas se em Caravelas foi criada a resex de Cassurubá, num sinal claro de prioridade da proteção ambiental, não se pode dizer o mesmo na Baía do Iguape onde um projeto de ampliação de estaleiro naval ao sul da resex está sendo promovido desde 2009 pelo governo estadual em favor de um consórcio de empresas privadas. O empreendimento é anunciado à população da região como um grande aporte econômico que vai gerar emprego e renda. Em termos macro-econômicos, convém lembrar que a indústria naval gera receitas bilhonárias; para a Bahia, a construção de dois navios por ano implicaria em uma receita de dois bilhões de reais. Para viabilizar a instalação do empreendimento, a poligonal da resex foi mudada açodadamente no Congresso,

retirando o distrito de São Roque do Paraguaçu onde se localiza um canteiro naval (que ficou desativado por mais de uma década) do território inicial da resex. Mas essa decisão foi tomada sem consultar o conselho deliberativo, nem mesmo através de uma lei federal do mesmo nível do que a da criação. A instalação do estaleiro deve implicar em diversos impactos ambientais, tal como remoção de manguezal, aterramento de parte do canal e dragagem, dentre outros, além de impactos sociais negativos como migrações em busca de emprego, urbanização desordenada e problemas sociais como aumento da prostituição e do tráfico de drogas. Estima-se portanto que os efeitos negativos para a população extrativista serão muito mais numerosos do que os propalados efeitos positivos de geração de emprego que só beneficiarão poucos jovens capacitados.

Mais uma vez, o projeto de construção naval é anunciado como seguindo uma lógica de desenvolvimento sustentável, contando inclusive com vários programas sociais e ambientais, sucintamente apresentados em suas linhas gerais durante uma reunião do conselho deliberativo da resex meses após sua elaboração nos escritórios do governo do Estado.

CONCLUSÕES

A proteção ambiental aparece hoje em dia como um item importante de projetos de infraestrutura ou industriais. Todavia, convém analisar com prudência o que a utilização de termos como proteção ambiental ou desenvolvimento sustentável dissimulam. De fato, vários autores (GONÇALVES, 2001; MARTÍNEZ ALIER, 2007; YÁZIGI, 1994) assinalam que o ambientalismo recobre hoje vários significados. O “mito moderno da natureza intocada”, como se refere Diegues (2000), decreta algumas áreas de uso proibido pelo homem, como se este se caracterize apenas como fator de “impactos antrópicos”, tomado como homogeneizado, sem diferenças nas suas práticas sociais em função da classe social ou cultura. Essa corrente não questiona o modo de produção desenvolvimentista dominante que, de fato, afeta em demasia o meio natural. O desenvolvimento sustentável, tão pregado por agentes tão díspares como ONGs ambientalistas, bancos e instituições internacionais; tampouco trata de propor novas bases de produção, em base em uma racionalidade ambiental defendida por Leff (2001). A terceira corrente principal é a que se defende aqui, representada pelo conservacionismo, que reconhece o valor dos saberes ambientais das populações tradicionais como imprescindível para uma verdadeira proteção ambiental, ou ainda, pelo ecologismo dos pobres, segundo os termos de Martínez Alier (2007), ao envolver

tanto reivindicações de populações rurais como de populações urbanas na defesa para um meio ambiente saudável.

Importa que as autoridades enxerguem e direcionem as políticas públicas em favor dessa terceira corrente, no intuito de repensar um modo de produção que não seja tão prejudicial do ponto de vista ambiental e social, respeitando notadamente as regras já estabelecidas como é o caso da resex Baía do Iguape.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB-USP, 2000.

GONÇALVES, C. W. P. Org. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MACHADO, R. A. S. **O meio natural na organização produtiva da população pesqueira tradicional do município de Canavieiras/BA**. Dissertação em Geografia da UFBA, Salvador, 2007.

MARTÍNEZ ALIER, J. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. Tradutor Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MESSIAC, A. L'évolution de la géographie des océans et des littoraux face aux perspectives du développement durable au XXI^e siècle. Quelles hypothèses envisager ? In. **Annales de Géographie**, n. 621. Paris: Colin, sept-oct 2001.

MORAES, A. C. R. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007.

YÁZIGI, E. O ambientalismo: ação e cientificidade em dúvida. In. **Revista do Departamento de Geografia USP/FFLCH** São Paulo: EDUSP. n°. 8, 1994.

PALAVRAS-CHAVE: reserva extrativista marinha, ambientalismo, conflitos ambientais.

INSTITUIÇÃO DE FOMENTO: CNPq, para a pesquisa realizada na reserva extrativista Baía do Iguape.